

A Ortografia de Álvaro Ferreira de Vera

José Lemos Monteiro
Universidade Federal de Ceará. Universidade Estadual de Ceará

1. INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que as bases do sistema ortográfico português foram definitivamente assentadas durante o século XVI pelas propostas revolucionárias de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), em grande parte contraditadas pelas sistematizações de Pero de Magalhães de Gândavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576). O destino de nossa ortografia esteve, por conseguinte, desde essa época, submetido a uma tensão entre duas forças de difícil conciliação: de um lado, a preocupação com uma escrita que correspondesse às exigências e características fonológicas da língua; de outro, o intuito de respeitar a tradição greco-latina, mediante a adoção do princípio etimológico.

Dessa forma, se o projeto ortográfico dos nossos dois primeiros gramáticos procurou interpretar as peculiaridades e diferenças do português face ao latim, a Gândavo e Duarte Nunes de Leão coube a tarefa de instaurar um modelo conservador, que determinasse a retomada e valorização da necessidade de que a grafia das palavras se coadunasse tanto quanto possível com a sua origem.

De qualquer modo, não se pode negar a importância de nenhuma dessas tentativas de sistematização. Neste sentido, diversos estudos já foram realizados, alguns até com objetivos de estabelecer análises comparativas e julgamentos de valor, que em geral destacam na figura de Fernão de Oliveira os toques de genialidade e rebeldia.

Assim, Eugenio Coseriu (1975:6)¹ não lhe poupa palavras de intensa admiração, fascinado que ficou com a descrição articulatória dos fonemas portugueses que, embora baseada

¹ Devemos a Maria Cristina Motta Maia, da UFRJ, a tradução do ensaio de Eugenio Coseriu sobre Fernão de Oliveira.

nos ensinamentos de Nebrija e provavelmente de alguns ortógrafos espanhóis (Vanegas, Busto e Robles), supera a todos pela agudeza e minuciosidade das observações. E enfatiza Coseriu (1975:11): “é a primeira vez que se apresenta uma correlação de um modo tão completo e, ao mesmo tempo, tão claro e preciso para o sistema consonântico românico”.

Por sua vez, José Pedro Machado (1945:55s), no longo estudo preliminar que escreveu para a quarta edição de *Origens da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, coloca este autor ao lado de Fernão de Oliveira, classificando ambos como os mais importantes filólogos do século de Camões. Explica-se, dizendo que João de Barros não submeteu a língua portuguesa a uma análise profunda, como fizera o seu antecessor, talvez porque estivesse preocupado demais com a semelhança latina. E para Gândavo reserva um julgamento dos mais severos, qualificando-o de “mediocre observador da ortografia, desprovido de profundidade científica”.

Mas o fato é que a obra de João de Barros, não só pelo cunho pedagógico mas também pela segurança doutrinária, encanta a todos os que a lêem. Alguns autores, como Estanco Louro (s/d:17), chegam inclusive a considerá-la superior a todas as descrições gramaticais do século XVI. Outros, como Maria Leonor C. Buescu (1983:194), destacam sua atitude friamente científica, contraposta à irreverência de Fernão de Oliveira e à submissão de Gândavo. Ainda segundo o julgamento de M. Leonor Buescu (1983:15), enquanto Fernão de Oliveira é o representante de um aventureirismo cultural, contestatário e indisciplinado, João de Barros responde pelo estatuto majestático de uma aristocracia mental e Gândavo, por seu turno, promove uma democratização do saber lingüístico, produzindo uma obra de extrema simplicidade didática e ampla divulgação. Acrescentaríamos que o trabalho de Gândavo, por seu turno, promove uma democratização do saber lingüístico, produzindo uma obra de extrema simplicidade didática e ampla divulgação. Acrescentaríamos que o trabalho de Gândavo, por seu caráter conciso, é completado pelo de Duarte Nunes de Leão, que em linhas gerais advoga a mesma vinculação ao princípio etimológico, revivendo grafias já bastante distanciadas da pronúncia portuguesa.

A importância que tem sido dada a esses gramáticos e ortógrafos corresponde, pois, à grandeza da obra que realizaram. Cumpre, porém, salientar que esta obra teve seguidores ainda não suficientemente estudados. Assim, por exemplo, em 1631, Álvaro Ferreira de Vera publica a sua *Orthographia, ou Modo para escrever certo na lingua portuguesa*. A constatação da escassez de análises e julgamentos a respeito deste trabalho nos animou a realizar uma leitura crítica, observando a seqüência da exposição e, de vez em quando, estabelecendo confrontos ou associações que o enquadrariam dentro do mesmo espírito do século XVI. É o que a seguir tentaremos demonstrar.

2. ESTRUTURA DA OBRA

O texto da edição datada de 1631 consta de 48 fólhos, sem incluir os das licenças necessárias, dedicatória e prólogo. Os assuntos tratados obedecem à seguinte ordem:

- a) Noções gerais: conceito de ortografia, algumas definições básicas (letra, sílaba, dicitão, etc.), divisão das letras e apresentação do alfabeto (Cap. I e II);
- b) Estudo seqüenciado de cada letra, inclusive do til (Cap. III ao Cap. XXVI);
- c) Estudo dos ditongos (Capítulo isolado);
- d) Divisão silábica (Capítulo isolado);
- e) Letras em final de palavra (Capítulo isolado);
- f) Composição de palavras e letras dobradas (três capítulos numerados de I a III);
- g) Normas de pontuação e acentuação (dois capítulos não numerados);
- h) Regras gerais da ortografia portuguesa (XIX regras).

Trata-se, em última análise, de um plano idêntico ao seguido por Duarte Nunes de Leão, com pequenas divergências na disposição e extensão das matérias. Para exemplificar, basta dizer que as Regras gerais, que aparecem resumidas no fim da obra de Álvaro Ferreira de Vera, são mais pormenorizadas em Duarte Nunes de Leão e antecedem outros estudos, como o da observação dos artigos, dos acentos, abreviaturas, etc.

Três são as características que ousamos destacar e discutir numa primeira leitura: o plágio ideológico-formal, a simplicidade ou intuito pedagógico e a ausência de dogmatismo.

Quanto à primeira, é flagrante a apropriação, sem qualquer referência, das definições, exemplos e trechos inteiros da obra de Duarte Nunes de Leão. É possível que este fato não deva ser considerado um indício de leviandade ou despreparo, senão que um desejo de imitação, quase uma homenagem ao autor plagiado. Se a justificativa é válida, não será mais do que uma repercussão da atitude dos escritores renascentistas que, a exemplo de Camões, repetiam os mais antigos em testemunho do valor que lhes atribuíam e do conhecimento que deles queriam demonstrar.

De qualquer modo, seja por submissão ao presépio de Duarte Nunes, seja por outros motivos inimagináveis, o livro de Álvaro F. de Vera veio contribuir para sedimentar o conservadorismo ortográfico, sem o radicalismo de seu antecessor.

Sem grandes dificuldades, um exame contrastivo dos dois autores indicaria poucas divergências e um acúmulo exagerado de coincidências ou repetições textuais. A título de ilustração, transcrevemos como amostra os trechos a seguir, dispondo-os lado a lado para cotejo imediato:

Álvaro Ferreira de Vera

[Da letra P]

Sô tem esta differença, q̄ o B, se pronúcia lâçãdo do meio dos beifos o som, & o P, pronúcia se apertando os beifos, & lançando o folego mais de dentro (fol. 15).

*

[Da letra s]

...mais asobio que letra: (segundo dizia Marco Messala) porque imita no sohido ao silvo da cobra. E daqui (dizem algús) se deu a feitura sŪ torcida, & enroscada, â feição, & postura, que a cobra tem (fol. 18).

*

[Da letra O]

...em hūs lugares pronunciamos com grande hiato, & abertura da bocca; & em outras /sic/ com muito menos (fol. 15).

*

[A]

...em quanto letra elemental, não tem accento, nem medida; se não despois que he feito dicção (fol. 6).

*

[Da letra E]

...he letra simplez; & não de duas maneiras, como algūs cuidão, fazendoa hũa voz grande; & outra pequena (fol. 8).

*

[Regra I]

Toda a orthographia consiste em escrevermos, assi como pronunciamos; & assi hemos de pronunciar, como escrevemos (fol. 43).

*

[Hyphen]

A outra maneira de que usamos, he quando per caso, ou per erro, se acerta de escrever hũa palavra com as syllabas muito separadas hūas das outras, para denotarmos que se hão de ajuntar em hum corpo, para formar hũa dicção, & tirar a duvida, em que estaria, quem a leesse; como se vê neste exemplo: Confiaudoestou. demaneira que he sinal de ajuntamento, & união de syllabas (fol. 41).

*

[asterisco] ...usavão os antigos, & algūs a usão hoje, quando se nota algūs versos, ou palavras, que faltão em o author; ou quando querem mostrar algūas palavras, que são dignas de se notar (fol. 41).

*

Obelisco ► contrario ao Asterisco, quer dizer pequena ponta de espeto, ou seeta, com que se assinalavão os versos, ou palavras adulterinas de algum author (fol. 41).

*

Porque como a scrittura he hũa representação do que fallamos, para nos darmos a entender nella, usamos de pontos, como de balisas, que dividão as sentenças, & os membros de cada clausula (fol. 37).

Duarte Nunes de Leão

[B, P, PH]

Soo teê esta differença, q̄ o .b. pronúciamos, lançãdo do meio dos beifos o som: & o .p. pronunciaciase apertando os beifos, & lançãdo o spiritu & folego mais de dêtro (fol. 4).

*

[S]

...mais assouio que letra, segundo dizia Marco Messala. donde veo, q̄ a figura della denotarão, como huã cobra enroscada, por parecer mais pronunciação de cobras, que de homêes (fol. 19).

*

[O]

...em hūs lugares a pronunciamos com grande hiato, & abertura da bocca, & em outros com muito menos (fol. 1415).

*

[A]

...em quanto letra elemêtar, não teem accento, nê medida, se não despois q̄ he feito dicção (fol. 4).

*

[E]

He letra vogal simplez, & não de duas maneiras, como algūs cuidão, que fazem .e. pequeno /.../, & .e. grande (fol. 6).

*

[Regra I]

...a primeira regra da orthographia Portuguesa: que assi hemos de screuer, como pronunciamos, & assi hemos de pronunciar como screuemos (fol. 51).

*

[Hyphen]

A outra maneira de q̄ a vsamos he, quãdo per caso, ou per erro, se acerta de screuer hũa palaura cõ as syllabas muito separadas hūas das outras, para denotarmos, q̄ se hão de ajũtar em hum corpo, para formar hũa dição, & tirar a duvida em q̄ staria o lector, como aqui: Confiaudona vossa palaura. De maneira que he sinal de vnião & ajuntamento /.../ de syllabas (fol 78).

*

[asterisco] ...vsauão os antigos, & se vsa agora, quando se notão algũs versos, ou palauras, que faltavão em o author, ou quando querem mostrar algūas palauras, que faltavão em o author, ou quando querem mostrar algūas palauras, que são dignas de se notar (fol. 78).

*

Obelisco ► cõtrario ao asterisco, & quer dizer pequena ponta de espeto ou seeta, com q̄ assinalavão os versos ou palauras adulterinas, d'algũ author (fol. 78).

*

Porque como a scriptura a he hũa representação do que fallamos, para se tirar a cõfusão, do que queremos dar a entender, vsamos de pontos, como de hūas balisas & marcos, que diuidão as sentenças, & os membros de cada clausula (fol. 75).

Isto não é mais que uma pequena amostra. Na realidade, em quase todas as páginas há decalques, transcrições, além do emprego de construções ou palavras isoladas que facilmente relembram a fonte de onde foram extraídas. Assim, ao descrever a letra L, Álvaro F. de Vera não faz uma repetição textual, mas só com empregar um vocábulo tão pouco freqüente como pividosos já denuncia o plágio. Eis o trecho: “...os pividosos a formão conforme sua natureza, que he tocando com a lingua no alto do paadar” (fol. 12). Lê-se em Duarte N. de Leão: “Pola qual razão os piuidosos, que não teem a lingua habil para a vibrar...” (fol. 11).

Todavia, convém não perder de vista que a prática do plágio foi algo comum e aceito na época. Certas passagens que Álvaro F. de Vera copiou de Duarte Nunes foram por este colhidas em outros autores. A enunciação da regra básica da ortografia encontra-se em Nebrija (1492:21) nos mesmos termos: “assi tenemos de escrever como pronunciamos i pronunciar como escrivimos”. O aspecto fisiognômico atribuído à letra S é lembrado por Gândavo: “á maneira de assuuuio de cobra, que esta foy a causa porque os Antiguos formaràm o s, da feição da cobra” (7 r). E como esses há inúmeros exemplos.

Deixemos por ora este assunto. Reforcemos um pouco mais as duas outras características que identificamos na obra de Álvaro F. de Vera: a simplicidade e a ausência de dogmatismo.

A simplicidade se manifesta no uso da linguagem, em que os torneios sintáticos e a própria seleção vocabular fogem ao eruditismo. Além disso, a preocupação pedagógica elimina pormenores desnecessários, reduzindo sensivelmente a extensão da obra em relação à de Duarte Nunes de Leão. Tudo em consonância com o objetivo primordial de disciplinar a ortografia portuguesa, através de um manual prático e acessível.

Por outro lado, a ausência de dogmatismo parece conectar-se com atitude reverencial do autor que, ao emitir certas idéias renovadoras, costuma fazer concessões aos princípios conservadores, abrindo oportunidades para o uso facultativo e, ele mesmo, dando provas de hesitação na grafia de diversos vocábulos.

Assim sendo, se o intuito de simplificação o torna adepto da substituição dos dígrafos *ph*, *rh*, *th* pelas letras simples *f*, *r*, *t*, ao longo de sua exposição aparecem recomendações como as seguintes:

Poderemos usar em nomes Gregos, & Latinos destas suas aspiradas, ph. rh. th. dandolhes a pronunçiação de f, r, t (fol. 5).

...as dicções, & palavras Gregas, que tem Ph podemos escrever na mesma maneira, ou com F, Latino: como orthographia, & ortografia, Philosophia, & filosofia; a propriando esta letra Ph. á Portuguesa (fol. 8).

Da mesma maneira estas letras Th, Rh, aspiradas dos Latinos, & Gregos; como Theologia, ou Teologia; Mthematica, ou Matematica; Rhetorica, ou Retorica (fol. 44).

Preceitua também que, no caso de vogais dobradas, estas podem ser reduzidas a simples, mediante o emprego do acento:

...bem poderemos escrever as taes palavras de dous aa, (& a mesma regra fique pera as mais vogaes adiante) com hũa sô vogal, em que ficão ambas incluidas: & desta inclusão seja sinal hum accento circumflexo, nesta forma: vâ â armada (fol. 31).

ou:

...quem não quizer dobrar, use do accento circumflexo: como prêgar, gêral, marê, galê, bêsta (fol. 31).

Por outro lado, diz que o circumflexo deve ser usado para distinguir formas verbais de timbre aberto (jôgo, bôlo, trôco) de nomes homógrafos de timbre fechado (jogo, bolo, troco). Mas, neste caso, os nomes se escrevem com acento agudo ou sem ele (fol. 42).

Em relação ao emprego do Ç, comenta que não convém usá-lo antes das letras *e* e *i*. Mas acrescenta que, mesmo nestes casos, não será erro empregar o *c* “com rasgo ou cifra debaixo /.../, visto ser esta sua forma” (fol. 7).

A propósito das regras de divisão silábica, tem o seguinte parecer, marcado pela indecisão e atitude conciliatória:

Os Latinos não apartão o, s, do c, M, P, Q, T, se vai posto antes destas cinco letras, como de-scer; co-sme; cre-spo; e-squadra; pa-stor. Nem apartão o G, do M; N: como em colu-mna. Quem quizer imittar nisto os Latinos (& ainda os Gregos) podeo fazer; & quem quizer nisto seguir a pronuniação vulgar da nossa pronuniação portugueza, não deve ser reprovado (fol. 46).

Contudo, a prova maior de submissão ou de espírito conciliador reside, a nosso ver, na questão do emprego do *e* no início de vocábulos portugueses correspondentes aos que em latim começavam por *s* impuro (*escola*<*scholla*; *escrever*<*scribere*; etc.). Na quase totalidade dos casos, Álvaro F. de Vera prefere empregar a letra *e* em qualquer palavra desse tipo, distanciando-se pois de Duarte Nunes de Leão, que havia preceituado:

Que não sigamos o abuso, de accrescêtar a totaldas dições Latinas, q̄ começam em .s. hũ .e. fazendoas sempre de mais de hũa syllaba, do q̄ teem de sua colheita (fol 54).

É de causar espécie que, após escrever repetidas vezes com *e* um número incontável de palavras, Álvaro F. de Vera, ao demonstrar o máximo de pusilanimidade e indecisão, passe a admitir a duplicidade de grafia, justificando:

Por evitar superfluo, escusaremos, E, antes de S, no principio de dições, que temos Latina, como spero, screver, scrittura, spiritu, Stêvão: porque a pronuniação assuviada escusa E, mas a respeito do vulgo podemos ajūtãr E; & escrever de hũa maneira, ou outra; como estado, espiritu (fol. 44).

Enfim, a concepção de um sistema ortográfico flexível, capaz de permitir variações gráficas, é corroborada pela própria ausência de uniformidade na escrita do autor. Há constantes hesitações, vocábulos registrados de duas ou mais formas: *geeral* e *gêral* (fol. 22); *hespanhol* e *espanhoes* (fol. 22); *ortographia* e *orthographia* (fol. 1); *vogaes* e *vogais* (fol. 4); *origem* e *orijem* (fol. 6); *soomente*, *sómente* e *soomête* (fol. 5); *a onde* e *aonde* (fol. 11); *pro-*

nũciação e pronũciação (fol. 7); *consoante e consoãte* (fol. 8); *lãçãdo e e lançãdo* (fol. 15); *quando e quãdo* (fol. 21); *com e cõ* (fol. 10); *hum e hũ* (fol. 7); *singello* (fol. 16) e *sinjello* (fol. 17); *pividosos* (fol. 12) e *pevidosos* (fol. 16); *perihodo e periodo* (fol. 39); *escrittura* (fol. 37) e *scriptura* (fol. 3) etc.²

Creemos que essas indicações já nos familiarizam com o estilo e a estrutura da obra de Álvaro F. de Vera. Cumpre-nos agora verificar as linhas básicas de suas propostas, no sentido de analisar os aspectos inovadores que, emersos do caos em que esteve a escrita portuguesa, terminaram sendo vitoriosos e cabalmente aceitos.

3. PROPOSTAS PRINCIPAIS

Álvaro Ferreira de Vera delimita de modo abrangente o objeto da ortografia, incluindo desde a letra até a indicação de pausas na organização do período. A gradação não é diferente da atual, ou seja: letra, sílaba, dicção (palavra), oração e período. Daí, logo no primeiro capítulo, a referência às vírgulas e pontos, sinais admirantes e interrogantes, parênteses etc. dentro do escopo da ortografia, que deve encerrar normas não só para a escrita correta das palavras mas também para a “côngrua pontuação” (fol. 2).

Ao tratar da divisão das letras (Cap. II), o autor considera que o alfabeto português contém as mesmas letras do alfabeto latino, com o acréscimo de algumas distinções necessárias (*j* e *i*, *u* e *v*, *c* e *ç*), além da introdução dos dígrafos *ch*, *lh*, *nh*. Alista as letras em caracteres maiúsculos e minúsculos, com a curiosidade de que o *j* aparece entre o *g* e *h*, e sem representação maiúscula. Também é de notar a pronúncia atribuída para a designação de certas letras: *ga* para o *g*, *je* para o *j*, *se* para o *s*, *xi* para o *x*.

Seguindo a ordem proposta no Cap. II, o autor reserva para cada letra um capítulo especial, observando pois o mesmo roteiro utilizado por Duarte Nunes de Leão. E, tal, como este, aponta algumas definições baseadas nas características acústico-articulatórias dos fonemas, sem atingir o nível de consciência lingüística de Fernão de Oliveria e João de Barros, gramáticos que, não sendo compreendidos pela genialidade de suas intuições, acabaram sendo contestados injustamente.

² A nosso ver, tais variações se tornam coerentes face à atitude não dogmática do autor. E é oportuno lembrar que outros ortógrafos e gramáticos foram de certo modo categóricos na formulação de regras que eles próprios não respeitaram. Assim, conforme assinala Rolando Morel Pinto (1962:294), Fernão de Oliveira preconizou a adoção de uma ortografia regular e simplificada, mas não seguiu em nada este princípio: escreveu vocábulos de diversas maneiras e empregou as maiúsculas de forma absolutamente caótica. Ludmila c. Freeman (1965:83) faz um comentário análogo, dizendo que, conquanto seja moderna a postura de Fernão de Oliveira, ao propor simplicidade e adequação da escrita aos fonemas portugueses, jamais foi executada coerentemente, nem sequer por ele mesmo. E Aníbal F. Henriques (1983:124), em estudo apêndicular à terceira edição da *Grammatica da linguagem portuguesa*, faz um levantamento das principais incoerências gráficas, entre elas o uso do *j* pelo *g* ou do *y* pelo *i*, o problema das geminadas e do *h* etimológico, bem como o mau emprego dos sinais de pontuação. Quanto a João de Barros, será bastante conferir a vacilação na grafia das vogais, lendo-se atentamente as estatísticas apresentadas por Teyssier (1966).

Por isso, repetindo Gândavo e Leão, Álvaro F. de Vera afirma que as vogais portuguesas são seis: a, e, i, o, u, y³. Muito antes, os nossos dois primeiros gramáticos haviam percebido a existência de oito vogais⁴ e pretenderam marcar as diferenças entre os dois tipos de a, e e o por meio de símbolos gráficos: para Fernão de Oliveira, pela adoção de caracteres gregos; para João de Barros, mediante o uso de diacríticos.

Quanto às consoantes, à semelhança de seus antecessores, estabelece a distinção entre *mudas* (“porque per sí sós não se pódem pronunciar, nem sóão sem ajuntamento das vogaes” –fol. 4) e *semivogais*. Entretanto, contrariando a opinião de Duarte Nunes, considera o *f* semivogal e não consoante muda. Se compreendermos que as consoantes semivogais correspondem às contínuas, devemos dar razão a Álvaro F. de Vera, com a ressalva de que a correspondência está longe de ser perfeita, havendo paradoxos inadmissíveis, como o da inclusão do *v* entre as consoantes mudas.

A despeito disso, o sistema por ele adotado representa um certo avanço em relação ao de Duarte Nunes de Leão, sobretudo pela tentativa de acabar com a confusão entre *u* e *v* e entre *i* e *j*, incluindo as letras *v* e *j* (em vez de *u* e *i*) no rol das consoantes.

Neste ponto, Álvaro F. de Vera parece esquecer o caráter servil e submisso, tornando-se quase ufano de suas propostas. Segundo suas palavras, a ortografia portuguesa lhe deve a introdução de três letras no alfabeto. E já no Prólogo ele anuncia: “obrigou minha curiosidade escrevela diffusamēte, acrescentãdo mais letras ao nosso alphabeto. E não causarã espanto ter mais tres tam necessarias”.

Os novos símbolos seriam o *j*, o *v* e o *ç*. Quanto ao *ç* ele até nos espanta pelo tom autoritário com que o prescreve: “por ter esta clareza me admiro não estar posta em nosso alphabeto na forma, que agora o ordenei” (fol. 6-7). Ora, a verdade é que, se tais letras estão ausentes nos alfabetos de Gândavo e Duarte Nunes de Leão, elas aparecem descritas e largamente empregadas em suas obras⁵. E já faziam parte dos alfabetos de Fernão de Oliveira e João de Barros.

³ A letra *y*, presente também nos alfabetos de Fernão de Oliveira de João de Barros, não foi por estes gramáticos incluída na escala das vogais. Para o primeiro, conforme lembra Estanco Louro (s/d:23), ela nem parece *i* vogal nem consoante e deve ser usada entre vogais (*cheyo*); para o segundo, além deste emprego, ela aparece no fim de palavras terminadas em vogal (*may*).

⁴ Diz Fernão de Oliveira (1536:27): ... “temos a grande e a pequeno: e ε grande e e pequeno: e também ω grande e o pequeno; mas nã temos assi diuersidade ē .i. nem .v. /.../ E conhecendo esta verdade auemos de cōfessar q̄ temos oyto vogaes na nossa lígoa”. E João de Barros (1540-374) concorda: “Nós, como já vimos, temos oito: *â* (grande), *a* (pequeno), *é* (grande), *e* (pequeno), *i* (comum), *ó* (grande), *o* (pequeno) *u* (comum)”. A crítica de Álvaro F. de Vera partiu da constatação de que as vogais portuguesas não se distinguem, como as latinas, pela noção de quantidade: “per si só não he breve nem longa” (fol. 6). Ora, segundo notou Paul Teyssier (1966:136), os exemplos dados por Fernão de Oliveira nos mostram que as vogais *grandes* são na realidade *abertas* e as *pequenas* são fechadas. A análise se relaciona, não com a duração, mas com o timbre. Comprovemos com esta passagem: “Temos a grãde como almada e a pequeno como alemanha: temos e grande como festa e e pequeno como festo: e temos o grande como fermosos e o pequeno como fermoso”. (Oliveira, 1536:28).

⁵ Sobre o problema do *u* e do *v*, lê-se em Gândavo: “Sempre em principio de qualquer dição se vsará deste v, meão, & em meyo sempre sera u, pequeno, ainda que sirua de consoante, assicomo, viuua, viuuer, & c.” (19

O grande mérito de Álvaro Ferreira de Vera foi o de ter contribuído, talvez bem mais do que seus antecessores, para o disciplinamento do emprego de tais símbolos na ortografia portuguesa.

De fato, antes dele, as letras *i* e *u* freqüentemente se empregavam como consoantes, em vez de *j* ou *v*. Havia, por certo, algumas orientações, como as que se lêem em João de Barros, mas o uso delas sempre foi meio caótico. Por isso, Álvaro F. de Vera percebe que a solução mais prática seria dar às letras *i* e *u* o valor de vogal e deixar o *j* e o *v* para a representação exclusiva de consoantes.

Sobre a distinção necessária entre *i* (vogal) e *j* (consoante), ele questiona e responde:

Pois porque não lhe daremos seu lugar apartado, assi como o he na pronunçiação, & forma? Porque o proprio sohido de I, vogal he o destas dicções as primerias syllabas, ira, imajem: & de j, o destas, jaz-mim, jejuâr, jinja, joga (fol. 11).

De forma bem clara, defende também a necessidade de não empregar-se a letra *u* com valor de consoante. Depois de dizer que as letras *u* e *v* sempre foram de uso complicado ou duvidoso, enfatiza:

Com tudo a mim me pareceo mui facil mostrar que estas duas letras, hũa he vogal, & outra consoante, tam differentes (hũa de outra) entre sí na forma, como na pronunçiação, & nome (fol. 19).

Mas, apesar de todas as razões aduzidas, o problema persistirá por muito tempo. Ainda vamos encontrar em Verney (1746:76) a mesma preocupação, expressa na seguinte advertência:

Deve-se com cuidado distinguir o U vogal, do consoante V, para não originar dúvidas, o que muitos não fazem, ainda prezados de doutos, pois vejo escrituras deles que merecem compaixão.

E, aliás, as tipografias de época não estavam aparelhadas para respeitar essas diferenças gráficas nos textos impressos. Em 1671, Franco Barreto se queixava ao leitor de sua obra, *Ortografia da lingua portugueza*, da falta de caracteres na oficina impressora, razão pela qual em seu livro algumas palavras que deveriam ter sido escritas com *u* vogal, foram compostas com a letra *v*. E Antônio Balle, na carta de apresentação ao *Verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney (1746:14), carta que foi dirigida aos padres da Companhia de Jesus, dá o mesmo depoimento: “os que imprimiram o primeiro tomo não tinham U vogal, maiúsculo pequeno, e assim serviram-se deste U para vogal e destrouto V para consoante”.

v). E em Duarte Nunes de Leão: “O qual differenceamos agora, quãdo he consoante, de quando he vogal, desta maneira .v. ao menos no principio das dicções. Porque no meo dellas, vsão do .u. indistintamente, quer seja vogal, quer consoante” (fol. 20). Sobre a questão do *i* e do *j*, também a distinção já havia sido feita: “Deste *j*, comprido se vsará, quando seruir de consoante, quer em principio de dicção, quer em meyo, assicomo, jornada, sobeja, & c.” (Gândavo, 17 v). Ou: “costumamos de o screuer, quando he vogal, de corpo pequeno, & quãdo he cõsoante, fazêdoo mais cõprido, & rasgado para baxo assi .j. o ã eu não cõtradiria” (Leão, fol. 9).

Como se vê, as propostas de Álvaro F. de Vera tiveram pela frente toda sorte de obstáculos e, se não lhes atribuíssem o valor devido, é porque não podemos estimar a real dimensão do caos que indefinidamente dominou o uso escrito da língua portuguesa.

As dificuldades não se resumiram apenas na questão do *j* ou do *v*. O sistema ortográfico português se tornou bastante complexo com a criação do *ç* e de vários dígrafos, que até hoje causam transtorno.

Quanto ao emprego do *ç* para a representação da consoante que se pronuncia “tocando brandamente com a lingua no ceo da bocca, & alto dos dentes” (fol. 7), Álvaro F. de Vera argumenta que a introdução desse símbolo daria ao idioma português uma boa reputação face às outras línguas que não o possuem.

Conforme dissemos, o *ç* já aparece nos alfabetos de Fernão de Oliveira e João de Barros. Mas é de crer que houve um longo período de confusão ou relutância e daí a insistência de Álvaro F. de Vera em arvorar-se como o seu verdadeiro defensor. Basta pensar que, para João de Barros (1940:381), o *ç* podia ser usado antes de qualquer letra: “ça, çe, çí, ço, çu, com que as sílabas ficam çeçéadas da maneira dos ciganos”⁶.

Outro problema foi o da representação da consoante oclusiva velar surda. A maioria dos ortógrafos sempre se esforçou para que a letra *K* fosse eliminada de nosso alfabeto. Mas, em consequência, teria que haver, como de fato houve, uma série de propostas substitutivas. Fernão de Oliveira (1536:43), com sua visão de foneticista, não via dificuldade nenhuma em que o fonema /*k*/ fosse representado pela letra *ç*⁷, antes de qualquer vogal:

Bem podê escusar essa letra .q. como cadeyra, coando começo cuberto: e també estoutras, ce e ci, como ceixume e cina: se não q̄ aos vulgares sera trabalhoso.

João de Barros (1540:384) tinha uma opinião análoga e propunha inclusive que se suprimisse o *q* de nossa ortografia:

Ésta lêtera Q, pelo nome que tem e assi pela pouca neçessidade que (h) á déla (como vimos atrás na lêtera c), a nós convinha máis que a outra naçám desterrá-la da nôssa ortografia e, em seu lugar, empossár ésta lêtera c.

Repudiava o dígrafo *qu*, por nele ver um cacófato⁸. Todavia, essa aversão não surtiu efeito e o dígrafo *qu* não deixou de ser defendido por Gândavo, Leão e Álvaro F. de Vera.

⁶ Ainda que seja alusão direta, não deve pesar contra João de Barros o seguinte comentário de Duarte N. de Leão: “A qual cifra nõ poeremos, quãdo despois do .c. se segue .e. i. como fazẽ os idiotas. Porque o .c. junto aas dic-tas letras, não póde dar outro soido” (fol. 5). Para João de Barros, tanto quanto para Fernão de Oliveira, a letra *c* deveria ter o valor de fonema /*k*/, mesmo antes de *e* ou *i*.

⁷ Ou pelo *q* simples, sem acompanhamento do *u*, se este não for pronunciado: “em queyxume e quina escreuamos .q. ainda que o meu parecer era que nestes derradeiros pois não soa letra líquida não se escreuesse se não assi: qeixume e qina” (id. ib.).

⁸ “...ésta *q* tem tam pervérsa natureza, além do máu nome, que se nam ajunta às lêteras vogáes señám mediante ésta, u, que lhe é seme/lhável” (id. ib.).

Para complicar mais ainda, a oclusiva velar surda era também às vezes representada pelo dígrafo *ch*, pelo menos em palavras de origem grega, o que originava constantes homografias: *choro* (ajuntamento), *choro* (pranto) e assim por diante.

Neste ponto, Álvaro F. de Vera tende para a adoção de um sistema ortográfico menos conservador, preceituando que grafias como *monarchia*, *chimera*, etc. fossem substituídas por *monarquia* e *quimera*, com base no princípio de que “a boa orthographia consiste em escrever, como pronunciamos: & da mesma maneira pronunciar como escrevemos” (fol. 10).

Para muitos de seus contemporâneos, esta proposta soava como um desrespeito à tradição e, por isso, não foi aceita sem relutância. Imagine-se que, mais de um século depois, Luís Antônio Verney defendia a escrita com *ch* para vocábulos dessa ordem (*monarchia*, *chimica*, etc.), chegando até a sugerir que se reintroduzisse o K dos gregos, se não se quisesse adotar o *ch*. As palavras de Verney (1746:55) são taxativas:

E não obsta que a maior parte dos Ortógrafos portugueses digam que o K é supérfluo no Português. Não é o mesmo dizê-lo, que prová-lo. Aqui não há meio: ou se deve admitir o *ch* com privilégio de *k*, ou adoptar o *k* em seu lugar.

Aliás, esta posição de Verney foi inspirada nos ensinamentos de Franco Barreto (1671:142), para quem o dígrafo *qu* deveria ser totalmente dispensado em favor do K: “nós mudamos sobre e, i, o C, ã qu, que melhor fora valermonos do K, como cõ grande acerto fazem outras nações”.

Irámos longe demais se fôssemos analisar a querela em todas as suas implicações. E também se nos detivéssemos em outras idéias ortográficas esposadas por Álvaro F. de Vera, como a Questão das letras dobradas, da grafia dos ditongos, das regras de translineação ou divisão silábica, do emprego dos acentos e dos sinais de pontuação etc. Assim, por brevidade, vamos deixar de lado uma revisão crítica desses assuntos, mesmo porque tiveram tratamento igual ao que dera Duarte Nunes de Leão. Apenas queremos destacar a seguir alguns comentários sobre o uso dos acentos, em virtude das funções que tiveram, bem distintas das que atualmente possuem. e, por fim, interessam-nos certas normas relativas à pontuação, pela forma como indiciam a preocupação com a clareza e simplicidade do discurso.

Com efeito, para Álvaro F. de Vera, os sinais utilizados como acentos, conquanto iguais aos que hoje possuímos, não incidiam com o fim de marcar a vogal tônica dos vocábulos. Antes, ou serviam para representar a fusão de duas vogais ou tinham um valor puramente distintivo⁹. É curioso que a noção de timbre não era levada em consideração, de tal sorte que tanto o circunflexo como o agudo podiam ser colocados em vogais abertas ou fechadas.

⁹ Em João de Barros (1540:376), essa função distintiva já havia sido prevista: “nam escrevendo as dições onde cada um sérvê, ficariam anfibológicas e duvidósas”. Por sua vez, Duarte N. de Leão assevera que os acentos só devem ser usados nesta situação: “E porque muitas dições se parecem com outras, por teerem as mesmas letras, & todavia por serem diferentes na significação, teem differença no accentto, releua vsar destes accentos, para demonstração da differença. Dos quaes nas dições, que não teem outras semelhantes, não deuemos vsar” (fol. 66). Ou ainda: “soamente deuemos accentuar as dições, em que pode hauer differença de significação, quando teem diferente accentto, como, cõr, por collar, que screuemos com accentto circumflexo, & cõr por vontade com agudo” (fol. 18).

Para a indicação da crase de duas vogais, o normal era o emprego do circunflexo, não só no meio de palavras (*prêgar* por *preegar*, *gêral* por *geeral* etc.) mas também na contração da preposição *a* com o artigo feminino. Neste último caso, a explicação de Álvaro Ferreira de Vera é tão simples e abrangente que dispensaria o amontoado de regras ensinadas por muitos professores da atualidade. Sintetiza ele:

assí como dizemos, vou ao paço; avemos de dizer, vou aa igreja: porque o primeiro A, he preposição, para; & o segundo A, he artigo ./.../ Porem por quanto o entendimento deseja brevidade, & a lingua no concurso de duas vogaes consume hũa, bem poderemos escrever as taes palavras de dous aa ./.../ com hũa sô vogal, em que ficão ambas incluidas (fol. 31).

Para o emprego do acento com função distintiva, de acordo com suas normas, há pelo menos três situações a considerar:

a) Algumas formas do pretérito mais-que-perfeito se distinguem das do futuro pelo acento circunflexo na vogal tônica (*amârao*, *leêrao*, *ouvîrao*). No futuro, não há nenhum acento (*amarão*, *leerão*, *ouvirão*), “porque se entende fazelo na ultima” (fol. 42). Por outro lado, nas formas do singular do mais-que-perfeito, deve caber o acento agudo (*amára*, *leêra*, *ouvîra*), porém, ao contrário do que ensina Gândavo¹⁰, no futuro é necessário mudar para o circunflexo (*amarâ*, *leerâ*, *ouvirâ*).

b) Ainda em relação aos verbos, o acento pode ser usado com valor distintivo em *dê* (subjuntivo de *dar*) por oposição a *de* (preposição) ou em *sê* (imperativo de *ser*), que contrasta com *se* (conjunção) e *see* (catedral).

c) O acento circunflexo aparece também, segundo vimos, em formas verbais (*jôgo*, *bôlo*, *trôco*) homógrafas de nomes (*jogo*, *bolo*, *troco*). É interessante que o circunflexo diferencial assinalava aí a vogal aberta¹¹, o que posteriormente seria modificado, passando a indicar a vogal fechada e a opor desse modo os homônimos hetefônicos até 1971, quando se lhe retirou esta função.

Resta-nos somente uma nota sobre os sinais de pontuação:

Álvaro Ferreira de Vera aceita quase todas as formulações propostas por Duarte Nunes de Leão, mas parece não concordar com a condenação que este faz ao uso do ponto-e-vírgula, expressa nestes termos: “a meu veer, he inuêção de pouca vtilidade, & desnecessaria, & que eu não imittaria: (fol. 77). Álvaro F. de Vera, talvez mais preocupado com a clareza da frase, defende a adoção desse sinal, “quãdo fecha sentença imperfeita” (fol. 38). Quanto ao mais, prossegue no mesmo servilismo, copiando regras, exemplos e até citações textuais de

¹⁰ “...quando falarem do tempo passado, se porá o accentto na penultima, que não he a derradei-/ra syllaba, senão a que esta antes della, assicomo alcançára, louuára, agradecéra, & c. E quando falarem do por vir, pôrseha na vltima desta maneira, assi como, alcançará, louuará, agradecerá, & c. (13 v).

¹¹ Não é demais insistir nesta questão. Tanto o acento agudo podia ocorrer em vogal fechada (*leêra*, *agradecéra*) como o circunflexo, em vogal aberta. Veja-se mais esta passagem de Gândavo: “E assi tambem quando se ouver de vsardesta letra o, em algũa inuocação, pôrseha com hum accentto emcima, assi como: Vos, ô poderoso Senhor, valeinos, ô grão Rey ajudainos, & c.” (13 r).

outros autores, como a que aproveita na explicação de uso dos parênteses: “Bemaventuradas serão as republicas (segundo dizia Platão) quando os Reis philosopharem, ou os philosophos rejerem” (fol. 40 e, em Leão, fol. 78).

Contudo, não nos custa destacar as regras para o emprego dos sinais básicos de pontuação, a fim de constataremos uma decisiva tendência para o uso moderno, no sentido de valorizar a coerência e clareza dos enunciados.

A vírgula, por exemplo, indica uma pausa breve e se emprega “antes de conjunção, & relativo, & depois de cada verbo com seus casos, que he no fim de cada oração” (fol. 38). Separa também adjetivos em seqüência (“virtuosos, prudente, liberal, & constante”) ou substantivos (“As virtudes são quatro, Prudencia, Justiça, Temperança, & Fortaleza”). A função principal é, entretanto, distinguir uma oração de outra.

A *vírgula e ponto (colon ou membro imperfeito)* se põe entre palavras e sentenças opostas pelo significado (carregar; descarregar), onde não basta a vírgula nem convém o uso de dois pontos, sinal que marca a suspensão do sentido da oração, como acontece antes de uma citação.

O ponto final assinala o fim de uma sentença e sempre se lhe segue letra capital (maiúscula). E assim também os pontos de interrogação e exclamação se aplicam nas mesmas situações em que os encontramos hoje.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da obra de Álvaro Ferreira de Vera nos leva a refletir sobre a trajetória de nosso sistema ortográfico: a tendência para um modelo de base fonética inaugurada por Fernão de Oliveira foi aos poucos desviada pela incorporação do princípio etimológico, sobretudo em decorrência do trabalho de Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão. A contribuição de Álvaro F. de Vera não foi outra senão a de divulgar as propostas desses dois ortógrafos, mitigando os radicalismos e favorecendo, através da simplicidade e clareza da linguagem, a aceitação de regras que tentavam conciliar o respeito à herança latina com as peculiaridades fonéticas do português.

Mas, além de possibilitar uma reflexão sobre o destino de nossa ortografia (teria sido melhor se as idéias de Fernão de Oliveira e João de Barros não houvessem sofrido uma retração?), a obra de todos esses estudiosos têm um valor incalculável como fonte de estudos para a descrição do português do século XVI em diante. É possível assim, pela observação atenta, ter-se uma idéia real de certos fatos lingüísticos hoje praticamente extintos ou transformados.

Nessa linha, várias pesquisas já foram realizadas e aqui mencionamos as de Révah (1958), Paul Teyssier (1966) e Hart Jr. (1955). O método consiste em observar as correspondências entre as descrições dos fonemas feitas na época e a escrita dos próprios gramáticos ou testemunho de outros escritores. Além do mais, obras como as de Duarte Nunes de Leão e Franco Barreto, que apresentam glossários de plebeísmos com intuito igual ao do

Appendix Probi, dão indicações precisas acerca da pronúncia popular do português que foi trazido para o Brasil. Associando-se tais dados com os arcaísmos vigentes nas regiões do mundo onde se fala o português, — e nessa linha há os trabalhos pioneiros de Hart Jr. (1959) e I. S. Révah (1959)— pode-se reconstituir boa parte da fisionomia de nossa língua ao longo de sua evolução.

O estudo que fizemos da obra de Álvaro Ferreira de Vera não teve, evidentemente, esse objetivo. Mas não são desprezíveis os dados que nela se encontram e até causa espécie que jamais tenham sido utilizados. Porque, mesmo os que constituem mera repetição de Duarte Nunes de Leão, servem como reforço na confirmação dos fatos e, por conseguinte, devem ser de interesse para uma compreensão mais abrangente da língua portuguesa.

Por outro lado, não tivemos a pretensão de cotejar as diretrizes adotadas por Álvaro Ferreira de Vera com as que definem a configuração atual de nosso sistema ortográfico, alvo constante de muitas propostas, de avanços e recuos, que culminaram com o estabelecimento de acordos internacionais. Todavia, em face das divergências que sempre houve, é até de admirar que suas idéias básicas tenham sido preservadas. Com efeito, ressalvadas as letras dobradas e as normas de acentuação, não exageramos em concluir que a ortografia de Álvaro Ferreira de Vera pouco difere da que ora utilizamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, I. (1671): *Ortografia da lingva portugueza*, Lisboa, Officina de Ioam da Costa.
- Barros, I. (1540): *Gramática da língua portuguesa*; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.
- Buescu, M. Carvalhão (1983): *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Coseriu, E. (1975): "Sprache und funktionalitat bei Fernão de Oliveira". In: *The history of linguistics*, Lisse/Netherlands, Peter de Ridder Press.
- Freeman, L. (1965): *A history of portuguese orthography since 1500*, University of Pennsylvania, (Tese de Doutorado).
- Gândavo, P. de Magalhães de (1574): *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthogrtaphia da lingua portuguesa; comhum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa, Officina de Antonio Gonsalvez. Edição preparada por Maria Leonor Carvalhão Buescu, 1981.
- Hart Jr., T. (1955): "Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation", in: *Word*, 11, 404-15.
- (1959): *The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation*, Separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, 1, 261-72.
- Lião, D. Nunes do (1576): *Orthographia da lingoa portvgvesa*, Lisboa, João de Barreira impressor.
- (1606): *Origem da lingua portuguesa*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 4, ed., preparada por José Pedro Machado, 1945.
- Louro, E. (s/d): *Gramáticos portugueses do século XVI: f. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D. N. de Leão*, Lisboa, Ressurgimento.
- Nagel, R. (1969): "Die orthographieregeln das Pêro de Magalhães de Gândavo", in: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Herausgegeben von Hans Flasche, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, Münster westfalen, 9:110-35.
- Oliveira, F. de (1536): *Grammatica da linguagem portugueza*, 2, ed., publicada por diligências e trabalho do Visconde D'Azevedo e Tito de Noronha, Porto, Imprensa Portugueza, 1831.
- (1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*, 3. ed., preparada por Rodrigo de Sá Nogueira, seguida de um estudo e de um glossário de aníbal Ferreira Henriques, Lisboa, José Fernandes Jr., 1983.
- Nebrija, a. de (1492): *Gramatica castellana*. Texto estabelecido sobre a edição "princeps", introd. e notas de Pascual Galindo Romeo e Luis Ortiz Muñoz. Madrid, Ed. de la Junta del Centenario, 1946.
- Pereira Filho, E. (1961): "As 'Regras de ortografia' de Pêro de Magalhães de Gândavo", in: *Revista Brasileira de Filologia*, 6, 44-61.
- Pinto, R. Morel (1962): *Gramáticos portugueses do renascimento*. Separata da *Revista de Portugal*, 27, 286-303.
- Revah, I. s. (1958): "João de Barros", in: *Revista do livro*, 61-71.
- (1958): "L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e siècle à nos jours", in: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no teatro*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional; MEC: 387-402.

- (1959): *Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e-XVII^e siècles*, Separata das Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Braileiros, Lisboa, 1, 273-91.
- Teyssier, P. (1966): "La prononciation des voyelles portugaises au XVI^e siècle d'après le système orthographique de João de Barros", in: *Annali - Atti del secondo convegno italiano di studi filologici e storici portoghesi e brasiliani*, Napoli, Instituto Universitario Orientale, 8 (1), 127-94.
- Véra, ña. Ferreira (1631): *Orthographia ou Modo para escrever certo na lingua portuguesa*, Lisboa, Mathias Rodriguez.
- Verney, L. A. (1746): *Verdadeiro método de estudar*, Edição organizada por António Salgado Jr., Lisboa, Sá da Costa, 1949, v. I.